

## **ALCA: A CONTINUIDADE DO CONSENSO DE WASHINGTON**

**FÁBIO GUEDES GOMES\***

### **1. INTRODUÇÃO**

A cada ano que se passa tem sido decisiva a condução do processo de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). As pressões estadunidenses têm aumentado como efeito da própria crise econômica experimentada pelo capitalismo norte-americano nos últimos decênios, crise esta que tem sido contornada, em parte, pelos gastos militares que dão suporte às estratégias beligerantes no Iraque e à reconstrução econômica desse país, sob os auspícios das grandes multinacionais empreiteiras e petrolíferas dos Estados Unidos.

Os limites das operações militares no Iraque tornar-se-ão cada vez mais estreitos na medida em que a sociedade norte-americana for sentindo as consequências das perdas de seus filhos soldados e as reações dos grupos insatisfeitos com a presença dos EUA fiquem mais violentas, no Iraque como na própria Europa, a exemplo do fatídico evento na Espanha, o atentado no metrô de Madri, em março de 2003, que deixou o saldo de 192 pessoas mortas e 1.400 feridas.

No plano econômico, a necessidade premente da abertura dos mercados para as grandes empresas norte-americanas se faz urgente diante dos escândalos administrativo-financeiros e da própria crise por que passa a economia norte-americana, envolta num elevado déficit no seu balanço de pagamentos e com relativa dificuldade de rolar seu passivo público.

Diante desses fatos, a ALCA se enquadra efetivamente no projeto norte-americano de construir, na América Latina, uma *válvula de escape* para sua própria crise econômica, na tentativa de aumentar as exportações para a região e explorar os recursos produtivos disponíveis como, por exemplo, a mão-de-obra barata e as potencialidades naturais e de mercado para suas grandes multinacionais em diversas áreas econômicas de bens e serviços. Nas breves linhas que seguem, tentaremos fazer uma reflexão e articular um pensamento crítico sobre as intenções dos EUA de impor à América Latina compromissos que suscitam grandes preocupações e fortes desconfianças.

### **2. CRISE E EXPLORAÇÃO ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA**

Constantemente se vê na imprensa em geral um debate arraigado de que o Brasil deveria discutir e negociar a ALCA de forma menos ideológica e mais pragmática, como se estivéssemos tratando de uma relação econômica entre duas grandes empresas, por exemplo. Ora, as negociações em torno da ALCA, além de serem comerciais e econômicas, são também políticas, porque também significa o futuro da região, em especial do Brasil. Não há porque minimizar a importância do fator ideológico, porque dele fazem parte sonhos e utopias sobre o futuro da região. Negociar de forma pragmática, minimizando a

complexidade da América Latina e, sobretudo, o grau de heterogeneidade econômica e social da região, é uma irresponsabilidade que não tem fundamento.

A situação do Brasil e do resto da América Latina é muitíssimo preocupante. A agenda adotada por esses países no final da década de 1980, que ficou conhecida por Consenso de Washington, aprofundou os problemas na região, tornando-a muito mais dependente e vulnerável aos rebatimentos negativos dos fluxos de capitais financeiros e das políticas de ajustamento econômico internacional, aspectos esses que fazem parte do conjunto de estratégias engendradas pelos EUA como forma de reordenar seu poder internacional e conduzir os processos de dominação e exercício de sua hegemonia<sup>1</sup>.

As fragilidades econômicas, sociais e políticas da região remontam à sua própria história de consolidação como ente político no século XX. Todavia, será durante a década de 1980, a nosso ver, que as crises financeiras, principal característica das crises do capitalismo contemporâneo, vão se apresentar com mais intensidade, suas consequências sendo desastrosas socialmente. Praticamente em quase todo esse período a América Latina encontrou-se envolta por uma grave crise de endividamento externo. O caso brasileiro pode ser destacado como um exemplo de enfrentamento da conformação às novas condições impostas pelo cenário internacional. Presume-se que a economia do país poderia sofrer muito mais dificuldades com efeitos deletérios sobre o emprego e a renda de resultados imprevisíveis não fosse a estrutura produtiva e de infra-estrutura que o país herdou da era desenvolvimentista. Sem isso, a economia e sociedade brasileira não conseguiriam aguentar, por muito tempo, o fardo pesado do ajustamento estrutural imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelos bancos credores<sup>2</sup>.

Como ilustração dos resultados do processo de ajustamento imposto pela banca financeira internacional, entre 1980 e 1990 a transferência de recursos líquidos da América Latina somou US\$ 198,3 bilhões, enquanto o montante da dívida externa da região saltou de US\$ 166,6 bilhões em 1979 para US\$ 450 bilhões em 1990. Em 2002, a dívida externa total da região somava US\$ 726 bilhões (Cano, 2000; CEPAL, 2003). Tal sangria de riqueza e a situação de extrema penúria que passaram (e ainda sofrem) os países da região estabeleceram um novo tratamento, conduzido pelo governo estadunidense, dos contratos de pagamento da dívida externa. Este país e as demais nações credoras reconheceram a condição falimentar dessas economias, ao mesmo tempo em que pressionaram para a adoção de uma nova agenda político-econômica como contrapartida, tendo como princípios básicos a abertura

<sup>1</sup> Num excelente livro recentemente lançado no Brasil, Peter Gowan afirma logo no Prefácio: “A fórmula econômica do ‘Consenso de Washington’ é estruturalmente *imperfeita*, mas é simultaneamente essencial para a dinâmica da economia americana. Países foram reestruturados com grande sucesso político, mas de maneira que os farão, no futuro, muito menos capazes de conter e administrar sua própria revolta interna” (2003: 12). Mais discussões acerca do Consenso de Washington podem ser encontradas em Boron (2001); Cano (1999; 2000); Ferrer (1997); Fiori (1997; 1999) e Stiglitz (2002; 2003). A propósito das agruras dos EUA na manutenção do seu poder mundial, ver Fiori (2004).

<sup>2</sup> Sobre os Programas de Ajustamento Estrutural, os chamados PAEs, ver Chossudovsky (1999).

econômica dos países da região, uma série de reformas institucionais e estruturais, a liberalização comercial e a diminuição do Estado como principal agente formulador de políticas públicas e de investimento.

Em 1989, com a participação da Secretaria do Tesouro Nacional e o Federal Reserve (Fed), foi elaborado o Plano Brady, através do qual os países da América Latina renegociaram suas dívidas externas tendo como contrapartida o comprometimento desses países para que adotassem na década de 1990 uma nova agenda política e econômica. Foi justamente naquele mesmo ano que o Consenso de Washington foi estabelecido, fortalecendo a agenda neoliberal de reformas e abertura econômica. A partir de então, os países latino-americanos este novo modelo de política e gestão econômica contendo um programa de reformas estruturais e institucionais.

Na década de 1980, período de forte ajustamento das economias nacionais latino-americanas devido à crise da dívida externa, os pontos relevantes da agenda econômica foram: (1) *Política Fiscal*, composta de cortes radicais nos gastos correntes do Estado (salários, gastos sociais e subsídios diversos) e no investimento público, sem alterações na base tributária; (2) *Política Monetária*, com contenção drástica dos meios de pagamentos (moeda), do crédito interno, e elevação das taxas de juros reais; (3) *Política salarial*, mediante a limitação dos reajustamentos acompanhada de queda do salário real e (4) *Política cambial e de comércio exterior* exercida por desvalorizações cambiais, incentivos às exportações e restrições às importações (Cano, 1999).

Na década seguinte vão continuar as mesmas políticas restritivas fiscal, monetária e salarial. Entretanto, a política cambial e de comércio exterior muda completamente. O câmbio se orientou para a valorização, proporcionando o aumento brutal das importações, que também encontrou grande afrouxamento das restrições das barreiras alfandegárias tarifárias e não-tarifárias da região. Neste ponto em especial, nos diz Ferrer (1997: 349) que “os credores observaram impassíveis a valorização das moedas e não exerceram pressão alguma para induzir os governos a sustentar paridades competitivas e evitar o agravamento dos desequilíbrios macroeconómicos”, que, com o passar do tempo, se mostraram insustentáveis para os países do Cone Sul.

Pode-se inferir que por trás desse movimento residia a intenção objetiva dos EUA em fazer da América Latina um grande mercado consumidor de seus novos e competitivos produtos, como também para o investimentos de suas corporações monopolistas. Em termos de comércio, os resultados foram surpreendentes. As exportações norte-americanas passaram de US\$ 35 bilhões em 1987 para US\$ 107 bilhões em 1995 (cf. Cano, 2000). Para a América Latina e países como o Brasil, a retórica assumia contornos proféticos.

As correntes neoliberais partiam da premissa de que se os países realizassem uma liberalização financeira de seus respectivos mercados, aumentando o grau de exposição às finanças internacionais (liberalização financeira), isto proporcionaria melhores condições de financiamento para a modernização da capacidade produtiva e, com isso, estariam em melhores condições para assegurar a competitividade dos setores voltados para o comércio exterior.

Isto, lógico, dentro de uma concepção de desenvolvimento econômico que se diferenciava do tradicional modelo de substituição de importações.

Essa estratégia de crescimento induzida para o comércio internacional resultaria, logo depois, numa posição mais favorável desses países para enfrentar os desequilíbrios de seus respectivos balanços de pagamentos e uma inserção mais “confortável” na economia globalizada. Os ganhos de competitividade fariam crescer a capacidade exportadora e, com isso, os superávits comerciais aumentariam os estoques de divisas estrangeiras, os quais poderiam ser utilizados para realizar os reembolsos dos encargos das dívidas contraídas no período anterior, no momento da liberalização financeira e da entrada de capitais de empréstimos.

No tocante às reformas estruturais, a privatização pode ser mencionada como uma das principais daquelas impostas pelos programas de ajustamento. Segundo o discurso dominante, as privatizações propiciariam ao Estado a condição de se desfazer de seus ativos improdutivos e ineficientes, além de contribuir para o denominado ajustamento fiscal, ou seja, a contenção dos gastos públicos e o direcionamento dos investimentos nas áreas sociais. Por outro lado, as privatizações atrairiam capitais estrangeiros com grande capacidade de alavancagem e tecnologias modernas. A nova fronteira de oportunidades para a acumulação de capital, portanto, estava surgindo. Não é por acaso que os países da América Latina vão receber entre 1991 e 2000 cerca de US\$ 388 bilhões em investimento externos diretos. Deste montante, os países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) receberam cerca de 56%, em torno de US\$ 220 bilhões (CEPAL, 2003; Gomes, 1999).

Em suma, os países latino-americanos, novamente com acesso aos mercados de capitais financeiros internacionais, poderiam se financiar e promover uma reestruturação produtiva que tornasse mais modernos seus respectivos parques produtivos e, com isso, alcançar condições mais favoráveis de inserção na economia internacional. Ao mesmo tempo, estariam estabilizando suas economias e controlando as pressões inflacionárias (cf. Boyer, 1999).

No Brasil, não há dúvidas de que a estabilidade monetária foi um fato relevante em termos de ganhos para as atividades econômicas e para o salário do trabalhador. Entretanto, pode-se afirmar, além disso, que ela também implicou na construção dos alicerces da hegemonia que sedimentou o amplo consenso entre dominantes e dominados. Consenso este que soldou, sobre as bases materiais da ampliação da dominação de classe, as antigas clivagens burguesas setoriais e regionais no país (Oliveira, 1998:14).

Desta vez, estavam no comando do processo de dominação e dos rumos da economia do país as frações do capital concentradas nos espaços de acumulação financeira, representadas pelos bancos, fundos de pensão, seguradoras, fundos mútuos, corretoras financeiras etc. Novos atores que surgem numa realidade social combalida por anos de exploração e reduzidos espaços à ascensão social dos grupos e classes desprotegidas e trabalhadoras. Novos agentes que não têm raízes e compromissos com as bases nacionais e de seu povo. A condição territorial é apenas um elo para a

exploração e acumulação de riquezas, o interesse nacional sempre fazendo parte dos discursos e das estratégias políticas e econômicas, como se fossem ou fizessem parte do interesse coletivo.

Não escapam, todavia, aos interesses particulares e corporativos. Acumulam-se as riquezas ali onde o lucro brota como dádiva, seja na esfera produtiva ou financeira. No entanto, as atenções dos capitais privados estarão mais voltadas aos espaços de valorização financeira. A especulação vai ser a varinha de condão da nova riqueza produzida e os negócios com títulos públicos e nos mercados de câmbio e ações, ou seja, os mercados financeiros, a cartola mágica de onde saem o capital-dinheiro.

Conforme visto, então, a abertura econômica e o pacote de reformas estruturais e institucionais foram implementados (e ainda estão em curso) como a maneira dos países se adaptarem às novas condições de funcionamento do capitalismo mundial, sobretudo por causa dos interesses que emanam das estratégias dos EUA na América Latina e de grupos econômicos e políticos regionais que compartilham os mesmos objetivos.

A seguir, prosseguiremos nossa reflexão argumentando que o Mercosul mostrou, no seu início, um relativo sucesso em termos de comércio, integração econômica e alternativa aos desígnios das estratégias de integração de viés neoliberal. Contudo, as sucessivas crises econômicas que assolaram os países do Cone Sul e seus reflexos políticos, que acabaram por estabelecer condições de conflito entre os países membros, enfraqueceram seus objetivos. Aliado a tudo isto é importante ressaltar que a extrema dependência dos países da região (sobremaneira a cada crise financeira, ou mesmo ameaça) em relação aos mercados financeiros internacionais impossibilita qualquer estratégia minimamente bem articulada e intencionada de retomada das condições de soberania e autonomia sobre os destinos das políticas econômicas internas a cada país e da continuidade dos acordos dentro do bloco econômico.

### **3. MERCOSUL, CONFLITOS POLÍTICOS E IMPERIALISMO**

A criação do Mercosul em 1991 e seu fortalecimento na primeira metade daquela década podem ser também interpretados como uma alternativa ao pesado ônus que Brasil e Argentina carregaram por conta das políticas de ajustamento dos anos 80 e enquanto uma estratégia para enfrentar os desafios da globalização neoliberal. Num curto espaço de tempo, o nascente Mercado deu provas de sua força econômica e política (aumento do comércio intra-regional e importante bloco negociador), provocando preocupações nos EUA, os quais passaram a, de certa forma, conspirar contra o mesmo e tentar fragmentá-lo. Dizia em 1997 a representante de comércio exterior dos EUA, Charlene Barshefsky: “*Esse Mercosul pode ser visto como uma unidadezinha ou sistema de regras e obrigações próprias, montados no vácuo da liderança dos EUA na região*” (apud Gomes, 1999: 182).

Como exemplo do tratamento norte-americano aos países do Mercosul, no intuito de não promover a estabilidade na região e, com isso, fazer com que os conflitos e a crise econômica e política se instalasse, prejudicando de vez a

continuidade de sua formação, basta observar o comportamento deste país por ocasião da crise da Argentina em 2001: os EUA não mobilizaram qualquer apoio financeiro para minorar sua agonia e, além disso, retaliaram o comércio argentino, impondo barreiras à compra de produtos, dificultando ainda mais a obtenção de dólares para fechar suas contas externas.

O Mercosul tratava-se, sim, de um obstáculo. Temos que analisar a proposta da ALCA, portanto, como uma agenda que complementa a estratégia do Consenso de Washington. Não se trata apenas de uma negociação comercial. Como vimos, durante quase toda a década de 1990 países como o Brasil se tornaram mercados cativos às exportações norte-americanas. O objetivo central do Consenso de Washington residia em proporcionar as condições institucionais e estruturais para tornar a América Latina o mercado propício para a dominação das finanças e das grandes corporações internacionais.

Cabe à ALCA, agora, fazer o papel de complementar a reestruturação das economias da região, estabelecendo os marcos institucionais adequados para a expansão do mercado norte-americano sobre aquelas frágeis economias. Para o Brasil, em particular, pode-se imaginar a anexação definitiva de setores importantes de sua economia à estrutura produtiva dos EUA, como aconteceu com algumas atividades mexicanas após a criação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), em 1994. Por outro lado, deve-se, ainda, levar em consideração que uma das características centrais de diferenciação das economias brasileira e norte-americana é que ambas não apresentam a mesma condição de complementaridade que se observa entre as estruturas econômicas dos EUA e demais países do continente, sujeitas, portanto, a tirar proveito de uma área de livre comércio. Pelo contrário, a economia brasileira apresenta aspectos muito mais de concorrência que complementaridade à economia estadunidense.

Por outro lado, é importante ressaltar que o projeto da ALCA engloba outros aspectos que fazem dele um processo muito mais ambicioso, indo muito além das questões meramente comerciais, posto que envolve compras governamentais, propriedade intelectual e de patentes, Acordo Multilateral de Investimentos (MAI)<sup>3</sup> etc. Todos esses temas são de importância vital para a região, pois envolvem, de uma forma ou de outra, as estruturas econômicas e sociais, bem como influenciam diretamente e indiretamente sobre a soberania e autonomia relativa que ainda gozam alguns países da região.

Ao longo dos últimos 25 anos, países como o Brasil e a Argentina não vêm apresentando dinamismo econômico sustentável devido às recorrentes crises que os tem afetado. A mediocridade das taxas de crescimento econômico não condiz com a realidade de necessidades desses países. Presos pela camisa de força das dívidas interna e externa, aliadas às práticas neoliberais, essas economias não têm acompanhado o ritmo das transformações tecnológicas, o que aumenta o *gap* (diferença, brecha) tecnológico e o grau de dependência para com os países industrializados desenvolvidos<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Sobre esse acordo, ver Tavares (1998) e INESC e Associação para Projetos de Combate à Fome (1998).

Em conseqüência, não somos hoje mais rotulados como países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, mas apenas mercados emergentes, integrados numa lógica subordinada de reprodução do capital imperialista. Esvaece a idéia de nação. Segundo Fiori (2004: 22-27), há uma proposta clara e definida por parte dos EUA de

*contenção de todo e qualquer Estado que se proponha a alterar o status quo e ascender dentro da hierarquia internacional (...). [Nesse sentido], o melhor ataque preventivo de um Estado contra o outro passa pelo bloqueio ou contenção do desenvolvimento econômico*

Como laboratório das experiências neoliberais e para reprodução do capital financeiro, a América Latina sente-se pressionada agora pelo império para anexá-la como um grande mercado. Disso faz parte o desmantelamento das estruturas econômicas nacionais e dos marcos regulatórios à mobilidade do capital externo<sup>5</sup>. As políticas de ajustamento da década de 1980 e a introdução da agenda neoliberal na década seguinte interromperam a construção das economias nacionais, processo que tanto fez parte das preocupações analíticas de Celso Furtado (1920-2004). Com isso, os principais centros decisórios desses países foram transnacionalizados. Outro autor latino-americano exprime o mesmo pensamento quando escreve:

*As decisões sobre a alocação de recursos, a acumulação de capital e a mudança tecnológica correspondem, na atualidade, às corporações transnacionais e às praças financeiras centrais. Os processos-chave do desenvolvimento, quer dizer, o aumento da produtividade e o emprego, dependem atualmente dos atores transnacionais. Neste entorno se dissolve as economias e os Estados nacionais. A soberania se tem deslocado desses países em direção ao mercado e atores privados transnacionais (Ferrer, 1997: 351)*

Não apontamos sequer para uma estratégia de recuperação de nossa capacidade de autonomia e soberania para que possamos engendrar uma proposta de desenvolvimento que priorize os interesses internos e crie condições de inserção internacional diferenciada, não submissa. A contraface dessa nau sem rumo próprio é o quadro de desemprego e queda dos salários da massa trabalhadora<sup>6</sup>, aliado ao agravamento das condições de sustentabilidade e deterioração social causado essencialmente pela piora dos serviços públicos (saúde e educação) no Cone-Sul.

---

<sup>4</sup> De acordo com Ferrer (1997: 348), “a estratégia neoliberal produzirá a vulnerabilidade histórica do desenvolvimento de nossos países. Predomina, portanto, uma associação com a divisão internacional do trabalho na qual se reproduz a histórica relação de desenvolvimento industrial e tecnológico tardio” (Tradução da Equipe de Redação).

<sup>5</sup> Sobre o processo de desmantelamento da economia nacional da Argentina e suas conseqüências sociais, ver o excelente artigo de Teubal (2000-2001). Para o caso do desmonte das estruturas produtivas e abertura econômico-financeira dos países do Leste Europeu, ver Gowan (2003), especialmente o capítulo “Teoria e Prática do Neoliberalismo para o Leste Europeu”.

<sup>6</sup> Para o caso da economia brasileira, conferir o excelente trabalho de Dupas (2004).

Analisando o caso argentino, por exemplo, as políticas de ajustamento estrutural impostas pela banca financeira internacional e sob pressões dos EUA, com a complacência e competência executiva de uma parte da elite econômica e política nacional, lançaram o país num dos maiores processos de desarticulação social e setorial da história econômica e política das nações em vias de desenvolvimento. Na Argentina, a taxa de pobreza em relação à população total quase duplicou entre 1999 e 2002, passando de 23,7% para 45,4%, enquanto a indigência se multiplicou por três, subindo de 6,7% para 20,9% (CEPAL, 2003; Teubal, 2000-2001).

No Brasil, essa desarticulação social e setorial se apresenta com a desnacionalização da economia e o aumento da pobreza, acompanhada da concentração de renda e riqueza. Mais grave ainda: há em curso um processo intenso e preocupante de *despatrimonialização* dos recursos estratégicos do país, a exemplo da privatização de setores importantes da infra-estrutura e da situação em que se encontra a Amazônia brasileira, hoje explorada por grupos econômicos nacionais e internacionais, pouco preocupados com o meio ambiente e contando com a ajuda da situação de degradação instrumental e operacional do Estado brasileiro em vigiar as fronteiras e controlar a exploração econômica da região. Além disso, esses grupos praticam abertamente o extermínio de lideranças locais que lutam pela preservação da floresta e contra a ganância de seus depredadores.

Pelo lado da exclusão social, a América Latina tem sido a mola propulsora da violência, do tráfico, da prostituição e da corrupção que se fazem presentes em todos os espaços, tanto o urbano como parte do rural. De fato, “*a diferença do crime, da contravenção, da insegurança e da injustiça, entre os diferentes países, é apenas de grau*” (Cano, 1999: 318). E como nos dizia o mestre Darcy Ribeiro,

*é certo que nossa latino-americanidade, tão evidente para os que nos olham de fora e vêem nossa identidade macroética essencial, ainda não fez de nós um ente político autônomo, uma nação ou uma federação de Estados Nacionais latino-americanos. Mas não é impossível que a história venha a fazê-lo* (apud Benjamin, 1998: 141)

A idéia subjacente às palavras de Darcy Ribeiro certamente levava em conta a liberdade política dos países latinos. Algo que, parece, está ficando cada vez mais distante. A soberania do Estado-Nação desses países e sua correspondente autonomia econômica têm-se deteriorado intensamente. Segundo as palavras de Octávio Ianni (2004), em seu derradeiro livro, está ocorrendo

*um divórcio crescente entre o Estado e a sociedade civil, o aparelho estatal e os governantes transformam-se em tecno-estruturas auxiliares, subalternas das tecno-estruturas mundiais de poder, conformando-se como aparelhos das classes dominantes em escala mundial, dos blocos mundiais de poder*

Assim, “os governantes têm levado o Estado a voltar as costas à sociedade civil; estão muito determinados pelas decisões e injunções do exterior, corporações e organizações”. Ianni chega a afirmar, com isso, que não há mais estadistas na verdadeira concepção do termo, semelhantes àqueles que fizeram história na cena política internacional do século XX. Ao contrário,

*simplesmente funcionários, burocratas, representantes assumidos ou dissimulados das estruturas mundiais de poder; dos blocos que administram sistematicamente a organização e o funcionamento da economia política mundial* (idem: 210-211)

Na prática, Argentina, Brasil e México mantêm formalmente o autogoverno interno mas compartilham de forma crescente sua gestão com os EUA, através de seus organismos multilaterais e da sua classe rentista financeira. A mesma condição de dominação tem prevalecido em outras partes do mundo, com suas especificidades e diferenças. Gowan (2003) demonstra como esse processo avançou sobre os países do Leste europeu e no Oriente Médio. O que este autor denomina de sistema DWSR (Dólar-Wall Street) é o novo mecanismo de exercício do poder imperial. Para ele, a política externa norte-americana assimilou e incorporou os mecanismos monetário-financeiros como instrumentos de poder e exploração.

Como os países da América Latina estão atrelados a esse sistema pela via do endividamento externo e de seus compromissos com a banca financeira, as conversações em torno da ALCA sofrem as pressões de retaliação em termos da negociação ao acesso de novos mercados ou de condições mais favoráveis para a obtenção de ajuda e empréstimos financeiros. Se o projeto da ALCA não nos interessa diretamente, aceitar ou não será uma prova de fogo para as nossas elites liberais e cosmopolitas. O imperialismo, neste caso o norte-americano, “com os olhos duros e lúcidos, contempla a multidão dos povos e vê, olhando para todos eles, sua própria nação”, como dizia Rudolf Hilferding (apud Sweezy, 1976: 413).

Resta agora saber se os limites dos acordos internacionais em torno da ALCA levarão em conta a situação de penúria econômica e desastre social que afetam países como Brasil e Argentina, principalmente. Ou, se, realmente, seremos integrados ao esquema de regulação econômica e política conduzido pelos mercados e interesses do nosso vizinho do Hemisfério Norte. Interesses esses, diga-se de passagem, dos capitais privados das grandes corporações industriais, financeiras e comerciais dos EUA, como o apoio da força política e dos recursos de seu Estado nacional.

#### **4. À GUIA DE CONCLUSÃO**

Pragmática e ideologicamente, a ALCA, nos termos do império, é o tiro de misericórdia nas intenções de buscarmos nossa identidade, uma relativa soberania nacional e certa autonomia. Oxalá continuem surgindo na América Latina movimentos sociais de contestação contra esse estado de coisas. É premente uma agenda política que force compromissos visando o fortalecimento dos laços de solidariedade entre os países da região em torno

do objetivo de defender os interesses do povo mais sacrificado pelos moinhos satânicos da economia de mercado auto-regulável do capitalismo neoliberal do século XXI. Ou se limita a mobilidade do capital ou a democracia.

Na América Latina deveria se levar a sério os referendos populares de consulta acerca da aceitação ou não da integração dos países ao projeto da ALCA, assim como fazem alguns povos europeus, a exemplo da Holanda e da França, os quais disseram *Não* este ano ao texto do Tratado Constitucional da União Européia. Mesmo não tendo força jurídica, tais referendos europeus são politicamente importantes e respeitados como referência na condução dos destinos econômicos, políticos e sociais do continente.

Não obstante as críticas dos intelectuais e da mídia ocidentalizada, que insiste em promover a ideologia dos mercados livres e a adoção do estilo de regulação econômica anglo-saxão, alguns economistas franceses publicaram recentemente um trabalho intitulado **Douze Economistes contre le Projet de Constitution Européenne** (Raveaud et al, 2005), no qual argumentam da seguinte forma a necessidade de revogar as iniciativas de ingresso à Comunidade Econômica Européia. Diz o texto em sua Introdução:

*Rejeitar o tratado constitucional é refutar formulações inaceitáveis, como o dogma da “livre concorrência não falsificada” (assim se expressa um dos artigos da Carta). Mais do que isso: significa dar um basta aos projetos de liberalização dos serviços que, direta ou indiretamente, colocam em risco nossos serviços públicos e nosso Estado Social, por mais imperfeitos que sejam. (...) Rejeitar o tratado significa optar pelo modelo social europeu e negar o capitalismo anglo-saxão e sua forma de regulação pelo mercado. É defender um modelo que defenda nossas especificidades em matéria de serviços públicos, de proteção social e de proteção do emprego. Em suma, votar “não” é questionar a construção européia, tal como se desenvolveu ao longo de duas décadas, com sua política econômica estúpida e seu desprezo pela condição de vida dos indivíduos (apud Belluzzo, 2005)*

Percebe-se, claramente, que os franceses repudiam duramente a tentativa de abertura ainda mais indiscriminada de seus mercados ao jugo das livres forças dos monopólios transnacionalizados ocidentais, na medida em que ameaçam o emprego e a geração de renda ao dominar setores estratégicos de sua economia, sobretudo suas fontes de recursos naturais e econômicos. Defender a sociedade latino-americana contra o projeto liberalizante da ALCA também deve se inspirar no exemplo francês, ou seja, adotar uma postura mais soberana que rejeite qualquer acordo que venha violar nossos interesses mais imediatos e representem ameaças e desrespeitos às nossas especificidades, provocando, consequentemente, desemprego, crise social e aprofundamento da situação de barbárie em que nos encontramos nesse início de milênio:

*A construção da Comunidade Européia é também uma construção intelectual edificada sobre o ódio ao Estado. Esse ódio é não só tolo e perverso como perigoso. (...) [O projeto] da Europa liberal não só agravará as desigualdades dentro de cada país como colocará em*

*perigo a própria construção da Comunidade, com riscos de secessão à medida que as desigualdades entre os países se ampliem (idem)*

Da mesma forma que os franceses são temerosos com relação à construção da Comunidade Européia e denunciam os interesses ideológicos por trás dessa proposta, como não podemos ficar também temerosos se sequer resolvemos nossos imensos problemas, que nos acompanham secularmente, como a concentração da renda e da riqueza e o *apartheid* social, e ainda presenciamos as pressões da mídia, associada aos interesses privados dos mercados, e dos estudos e análises científicas, quase sempre produzidos por intelectuais com passagem pelas universidades norte-americanas e inglesas, todos eles defendendo o livre-comércio e argumentando que a América Latina só tem a ganhar com essa integração?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Belluzzo, Luiz Gonzaga. "A Europa que diz não". **Folha de São Paulo**, 5 de junho de 2005. [Disponível em [www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro)]
- Benjamin, César (org.). **A opção brasileira**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1998.
- Boron, Atílio. "A nova ordem imperial e como desmontá-la". In Seoane, José e Taddei, Emílio (org.). **Resistências Mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis, Vozes, 2001, p. 37-88.
- Boyer, Robert. "Dois desafios para o século XXI: disciplinar as finanças e organizar a internacionalização". **Revista Nexos Econômicos**, I (2). Salvador, Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia (CME/UFBA), dez., 1999, p. 7-28.
- Cano, Wilson. "América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo". In Fiori, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 287-326.
- \_\_\_\_\_. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo, Universidade Estadual Paulista, 2000.
- Chossudovsky, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e Banco Mundial**. São Paulo, Moderna, 1999.
- Comissão Económica para América Latina (CEPAL). **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe, 2001-2002**. Santiago, mar., 2003.
- Dupas, Gilberto. **Renda, consumo e crescimento**. São Paulo, Publifolha, 2004.
- Ferrer, Aldo. "El Mercosur: entre el Consenso de Washington y la integración sustentable". **Revista de Comércio Exterior**. México, mai., 1997, p. 347-354.
- Fiori, José Luís. "Globalização, hegemonia e império". In Tavares, Maria da Conceição e \_\_\_\_\_ (org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O poder americano**. Petrópolis, Vozes, 2004.
- Gomes, Fábio Guedes. **Globalização, integração e Mercosul: um estudo sobre algumas transformações no capitalismo mundial e a nova**

- inserção do Brasil na economia internacional.** Dissertação de Mestrado. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 1999.
- Gowan, Peter. **A Roleta Global: uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo.** Rio de Janeiro, Record, 2003.
- Ianni, Octávio. **Capitalismo, violência e terrorismo.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc) e Associação para Projetos de Combate à Fome. **Alerta à Nação diante da ameaça do A.M.I. (Acordo Multilateral de Investimento).** Petrópolis, Vozes, 1998.
- Oliveira, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.** Petrópolis, Vozes, 1998.
- Raveaud, Gilles; Saidi, Aurélien; Sauze, Damien et al. **Douze Economistes contre le Projet de Constitution Européenne.** Paris, Harmattan, 2005. [Disponível em econon.free.fr]
- Stiglitz, Joseph E. **A globalização e seus malefícios.** São Paulo, Futura, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Os exuberantes anos 90: uma nova interpretação da década mais próspera da história.** São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- Sweezy, Paul. **Teoria do desenvolvimento capitalista.** Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- Tavares, Maria da Conceição. "Acordo de investimentos, privatização e cidadania". **Folha de S. Paulo.** São Paulo, 1º de março de 1998, Cad. Dinheiro, p. 2-6.
- Teubal, Miguel. "Structural adjustment and social disarticulation: the case of Argentina". **Science & Society**, 64 (4). Nova York, inverno, 2000-2001, p. 460-480.

---

\* Fábio Guedes Gomes é mestre em Economia (Universidade Federal da Paraíba/UFPB) e doutorando do Núcleo de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia (NPGA/UFBA). Do mesmo Autor, ver "A Nova Economia Institucional (NEI): a reinvenção liberal e a interpretação do desenvolvimento econômico periférico" (**Cadernos do CEAS**, 215: 71-94. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, jan.-fev., 2005). [fguedes@ufba.br].